



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

UM ESBOÇO CARTOGRAFICO DAS INFÂNCIAS NA TEORIA SOCIOLÓGICA E A PAISAGEM CIENTÍFICA DA SOCIOLOGIA DA INFANCIA NO BRASIL

Fabiana Oliveira Canavieira

Prof.^a Msc. do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão

fabicanavieira@yahoo.com.br

É inegável a dificuldade em definir a categoria infância, considerando que diferentes grupos sociais identificam e atribuem sentido a esta época da vida de forma diferenciada. Assim, ainda que afirmemos que os limites fisiológicos não bastem para identificar analiticamente nenhuma fase da vida, qualquer que seja ela – haja vista que nós não pertencemos a grupos etários *ad infinitum*, nós os atravessamos, sendo a idade uma característica provisória –, a infância como construção social e cultural, tem sido entendida como um atributo social das crianças.

A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribui um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. É continuamente actualizado na prática social, nas interações entre crianças e nas interações entre crianças e adultos (SARMENTO, 2005, p. 366. *sic*).

Quem quer que se ocupe com a análise das concepções de criança que subjazem quer ao discurso comum quer à produção científica centrada no mundo infantil, rapidamente se dará conta de uma grande disparidade de posições. Uns valorizam aquilo que a criança já é e que faz pra ser, de facto, uma criança; outros, pelo contrário, enfatizam o que lhe falta e o que ela poderá (ou deverá) vir a ser. Uns insistem na importância da iniciação ao mundo adulto; outros defendem a necessidade da protecção face a esse mundo. Uns encaram a criança como um agente dotado de competências e capacidade; outros realçam aquilo de que ela carece (PINTO, 1997, p. 33-34).

Todas estas concepções acerca da infância, construída historicamente a partir de reflexões, debates e investigações das diversas áreas de conhecimento, como a História, Psicologia, Sociologia, Antropologia, Pedagogia, Economia, Assistência Social, Demografia, Medicinas, dentre outras, e que coexistem hoje nos diferentes serviços destinados à infância, geram diferentes formas de oportunizarmos condições, para que as crianças vivam suas infâncias, e isso é o que institui sua permanente *construção social*. De acordo com Marchi (2009) e Warde (2007), tal noção tem se tornado lugar-comum nas pesquisas que se dedicam aos estudos sociais dessa faixa etária, “assumindo um carácter supra-teórico ou auto-evidente” (MARCHI, 2009, p 229), sem que seus



autores expliquem o que entendem por *construção social*, o que venho problematizando com um dos indícios da hegemonia epistemológica de um paradigma teórico-metodológico.

Todavia o que é importante enfatizar é que a teoria do construcionismo social parte da premissa de que o mundo e nosso conhecimento são construídos socialmente e que todos nós, como seres humanos, somos participantes ativos desse processo. Essa abordagem nos afasta da ideia de criança ou infância como um ser essencial e universal que fica à espera de ser descoberta, definida e realizada.

Essa pesquisa almejou e almeja contribuir para a construção e consolidação do campo da sociologia da infância, de uma maneira crítica. O que demandou da pesquisadora um mergulho na teoria sociológica a fim de entender onde se encontram fincados os fundamentos de mais uma abordagem da sociologia. Para tanto, imergiu-se na sociologia como um movimento constituinte de auto-definição, de *reflexividade*, no sentido atribuído por Bourdieu de objetivar a si mesmo, ou seja, de pensar-se por dentro, tentando ao mesmo tempo uma auto-crítica e uma reconstrução, a partir do olhar que põe em suspenso o que vem constituindo-se como lugar-comum dentro da área, buscando ir contra a demasiada fragmentação da área e do saber sociológico, assim como preconizava Florestan Fernandes.

Por idiosincrasia não foi possível falar de sociologia da infância sem um mergulho na teoria sociológica. Assim, para poder analisar as condições sociais da infância e sua educação à luz das teorias sociológicas dos fundadores da área, esboço uma cartografia dos estudos da infância em sua relação com as escolas sociológicas, tendo o cuidado de não forçar uma aproximação a sociologia da infância e as grandes teorias, mas situando-a sociologicamente.

A teoria sociológica oferece possibilidades para se focar a infância de uma outra forma além da socialização, quando aceita que a infância constitui uma parte permanente da estrutura social que interage com outras partes dessa estrutura, e que as crianças são afetadas pelas mesmas forças políticas, econômicas e sociais que os adultos. No entanto, cabe antes de tudo uma importante ressalva, a de que nenhum dos sociólogos clássicos da sociologia geral pensou ou pesquisou as crianças pequenas em coletivo, ou seja, na escola ou na rua e em outros espaços de convivência e vivência da



infância, tal como fez Florestan Fernandes, em 1946, em sua pesquisa com as Trocinhas do Bom Retiro.

No diálogo entre a sociologia e os estudos sociais das infâncias, observa-se a partir de diferentes teóricos e escolas sociológicas que cada uma contribui de diferente forma para compreensão da pequena infância e de sua educação, tais como: os escritos de Marx, a Teoria Crítica, Walter Benjamin, Norbert Elias e os Pós-Colonialistas, que articula-se e coloca-se em diálogo com o campo da Sociologia da Infância. E, ainda que não tenham dedicado seus estudos à infância, nem por isso, deixaram de contribuir para o entendimento da criança como sujeito de direitos pertencente a uma classe social, a um tempo-espaço, gênero, etnia e cultura.

A princípio, em linhas gerais, destaca-se das teorias sociológicas apenas os elementos conceituais necessários para discutir as concepções de infância e criança. Deste modo, podemos dizer que as primeiras aproximações da sociologia em relação à infância advêm das discussões acerca das concepções de socialização, pela plasticidade deste conceito, ou pelas diversas formas como o processo de socialização pode ser concebido. Diferentes teóricos dedicaram-se a explicá-la e/ou conceituá-la, como Émile Durkheim, Talcott Parsons, Pierre Bourdieu, Max Weber, Jürgen Habermans, os Interacionistas Simbólicos, entre outros.

Em Durkheim, a educação existe em virtude da manutenção da sociedade e a socialização da criança é educação moral, fornece uma consciência moral ao indivíduo própria das sociedades moderna, de integração à ordem social. A moralização infantil está vinculada ao “espírito de disciplina”, assegurada pelo constrangimento e sanções, a ser moldada pela sociedade via “socialização metódica”, institucionalizada com objetivos e função sociais bem definidas pela ordem moral. O que quer dizer que a socialização contém em si uma dimensão repressiva.

No entanto, o que o sociólogo não levou em consideração, que dado seu contexto histórico é compreensível, foi que as crianças e os jovens também são agentes de sua própria socialização, apreendendo o mundo social à sua maneira, interpretando-o e resignificando-o junto a seus pares – crianças e jovens da mesma idade ou de idade aproximada –, e que os grupos infantis mantêm relações sociais específicas, cujas regras também são sociais. Idéia base da concepção de socialização contemporânea, da qual se origina grande parte das preocupações da sociologia da infância.



Na perspectiva marxiana, as crianças fazem parte da reflexão sobre as condições de vida da classe trabalhadora no contexto do capitalismo. Embora para Marx tudo devesse ser feito para tentar minimizar os efeitos negativos do capital sobre as crianças, reduzindo seu sofrimento, jamais seria possível elaborar um programa pedagógico enquanto o capitalismo não ruísse dando lugar ao Estado socialista, pois os programas socialistas de educação seriam apenas de caráter assistencialista (NOSELLA, 2002, p. 141). Assim, Marx propõe a combinação de ensino e produção, tendo o trabalho produtivo como princípio educativo e fundamentação da pedagogia socialista. O pedagogo gerador do novo homem socialista é a própria indústria, ou seja, o trabalho transforma, é o meio de transformação social da nova família, da nova escola profissional e tecnológica no lugar da escola tradicional inútil e retórica, e da nova sociedade socialista. Ou seja, a fábrica, nesta perspectiva, é a grande socializadora, faz a socialização pelo trabalho.

Refletindo a partir das ponderações que Konder (2006) faz ao pensar o marxismo e a Sociologia da Educação, vejo ser possível pensar a infância, ou as concepções de infâncias por um olhar marxista, nos perguntamos: a criança também não se faz a si mesma enquanto sujeito ativo, criativo que existe modificando-se e superando-se? Ela também não intervém na sua realidade objetiva (na família e no contexto das políticas públicas que têm que contemplá-la)? A superação da alienação não deve partir da pequena infância? Não é a partir de suas ações que as conhecemos? E assim como os adultos, não se inventam a si mesmas fazendo história em condições dadas? Na essência da teoria, ao pensar o homem, aborda os atuais modos de conceber a infância.

Deste modo, a meu ver, Karl Marx contribui, no mínimo, em três perspectivas, com os estudos e análises acerca das concepções de infância:

- i) quando aborda a história social e os vieses ideológicos da ascensão da burguesia ao poder e o papel da família nuclear dentro do sistema capitalista, atribui à criança um papel dentro desta lógica;
- ii) quando deixa claro o pertencimento de classe de todos os agentes sociais, inclusive as crianças. Dando margem ao que Faria (2002 e 2005), citando a italiana Bertoni Jovine (1965), chama de *dupla alienação da infância*, ao ser explorada nas camadas populares e privatizada nas camadas médias e altas;



- iii) quando fala na potencialidade contra-hegemônica, na dinamicidade do processo histórico, a partir de uma formação crítica, socialista, de transformação do *status quo*; e dos laços de solidariedade, do caráter coletivista e transgressor inerente ao homem e também às crianças.

Outra vertente sociológica, o Interacionismo Simbólico, de viés interpretativo com foco no indivíduo e de perspectiva microteórica, que traz contribuições metodológicas que influenciaram e influenciam os estudos da e com a primeira infância. Herbert Blumer (1969) foi o responsável pelo renascimento da teoria de George Herbert Mead (1934), descreveu a sociabilidade como construção da identidade social na e pela interação – ou comunicação (gestos e linguagem) – com os outros. Em alguns pontos aproxima-se de Max Weber e da psicologia behaviorista (DUBAR, 1999). Sua idéia de socialização como construção da comunicação do (EU) como membro da comunidade que participa ativamente na sua existência e, assim, na sua mudança, soma esforços no sentido de fundamentar a concepção de que a criança é agente de seu processo de socialização.

o interaccionismo simbólico – procurou estudar os processos pelos quais se desenvolve na criança o sentido do eu (self) e do outro. Para este pensador [Mead], o jogo infantil, entendido no sentido de representação de papeis (ou brincar ao faz de conta), constitui um passo essencial no processo de construção da auto-consciência da criança. Trata-se de uma actividade social que pressupõe um certo domínio da linguagem (palavras, gestos, acções) e um certo contacto com o mundo dos adultos, sobretudo dos pais. (...) deste processo fundamental decorrem duas consequências decisivas para o desenvolvimento infantil: a primeira é a experiência da alteridade, isto é, do mundo exterior, enquanto realidade distinta, a qual é, para Mead, anterior à experiência que as crianças fazem de si. A segunda relaciona-se com esta: ao fazer a experiência do outro, a criança vê-se a si mesma, isto é, ‘objectiva-se’ como realidade separada do mundo, torna-se um self (PINTO, 1997, p. 42, *sic*).

De acordo com alguns estudiosos da infância, como Montandon (2001) e Pinto (1997), o recuo do funcionalismo estruturalista e a inspiração nas correntes interpretativas de inspiração fenomenológica, impulsionadas principalmente pelo interacionismo simbólico e a etnometodologia, prepararam terreno para a construção de uma sociologia da infância.

A Sociologia da Infância, campo de estudos que vem se consolidando na arena científica internacional desde os anos 80, nasceu, no plano teórico, no movimento chamado ‘retorno do ator’ à cenas das Ciências Sociais em fins dos anos 60 e, plano empírico, no contexto da entrada da infância na atual agenda da opinião e política pública (MARCHI, 2009, p. 240).



Assim, outras referências da sociologia nos permitem questionar e/ou analisar criticamente, mesmo que ainda de forma incipiente, os limites das abordagens que inspiram/influenciam a Sociologia da Infância. E, para fechar este esboço, cabe mencionar a influência de alguns elementos das idéias de Giddens e Bourdieu, pois autores como Corcuff (2001), Haecht (2008), Pinto (1997) Belloni (2009) e Marchi (2009), apontam para uma tendência ao construtivismo ou construcionismo nos estudos sociais da educação e da infância.

Fortes na primeira metade do século XX como teorias compreensivas e explicativas dos fenômenos sociais, as teorias deterministas como o funcionalismo, o estruturalismo e o marxismo, criticadas pelos pensadores da Escola de Frankfurt, pela fenomenologia e solapadas por movimentos “pós-modernos”, foram perdendo seu valor heurístico, ao longo da segunda metade do século. A partir daí, assistindo à progressão de correntes ditas “construcionistas” ou “construtivistas”, que consideram que os atores constroem o mundo em que vivem, o que significa uma espécie de “volta ao ator”, seja no sentido weberiano (significação da ação), seja no sentido de Goffman ou no de Touraine, ou mesmos na de Bourdieu com a noção de habitus (BELLONI, 2009, p.5).

[...] concepções menos deterministas e mais “construtivistas” ou “construcionistas”, vieram no decorrer do século XX, nuançar essas bases sociológicas da relação indivíduo/sociedade, como, por exemplo, as propostas por Habermas, Bourdieu e Giddens, entre muitos outros. Esses três autores, que estão, sem dúvida, entre os principais sociólogos do século XX, têm em comum o fato de dar continuidade à tradição de Durkheim e Marx, no sentido de conceder certa predominância explicativa (ou heurística) ao coletivo, aos aspectos macrossociais, ou seja, às estruturas sociais, sem deixar de procurar compreender a importância dos aspectos individuais na construção daquelas estruturas, ou seja, as dimensões subjetivas e interacionais que explicam as ações individuais e suas orientações e conteúdos legitimadores e identificatórios (ibidem., p. 9).

Se a crítica anterior centrava-se apenas na unidirecionalidade defendida pelas concepções de socialização funcionalista, tornam-se equivocadas a excessiva valorização e incorporação de uma orientação teórico-metodológica centrada na perspectiva das crianças desconsiderando sua integração na dimensão mais ampla do sistema social.

Dessa constatação, decorre um aprofundamento do debate teórico em torno da relação entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos nos diversos processos de socialização, numa tentativa de superar dicotomias entre perspectivas estruturais e interacionista ou da ação, visando uma compreensão da produção e reprodução do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

mundo social de crianças e adultos em relação de interdependência, considerando a variedade e complexidade das infâncias contemporâneas.

Na integra da pesquisa foi possível detalhar as contribuições marxianas e marxistas para o estudo da pequena infância, com estudos recentes que se fundamentam nesse referencial; destacou-se as possíveis contribuições da Escola de Frankfurt para pensar a educação da criança pequena e a relação autonomia – heteronomia, com base em Adorno que teceu algumas considerações sobre a educação das crianças em suas obras; deu-se grande destaque a Walter Benjamin com um criancista e criancólogo para além do seu tempo, o que já é lugar-comum nos estudos da área; refletiu-se criticamente sobre as passagens que Norbert Elias trás sobre as crianças na discussão sobre o processo civilizacional e quando discute a relação sociedade e os indivíduos; e destaca-se também, do movimento Pós-colonialista, que tem prelúdios em terras brasileira desde o final da década de 1990, com Queiroz e Rosemberg, problematizando a educação como forma de colonialismo e do adultocentrismo nas relações etárias.

Mas, para apreensão da articulação entre as esferas - acadêmica dos estudos da infância e do movimento político -, recorreremos à teoria de campo de Bourdieu (1968) para entender as disputas inerentes a área da Educação Infantil, mas não só, também nos filiamos à proposta de Florestan Fernandes de articulação dos conhecimentos sociológicos críticos às causas políticas a favor da transformação e da justiça social, da formação de outra sociedade e de outro homem. Como lançamos mão de Quinteiro (2003), que ao se preocupar com a formação das professoras que atuam junto à infância e com as escolas como lugar da infância contemporânea, afirma que, sem o conhecimento sobre os mundos culturais da infância, as profissionais docentes e os ordenamentos legais da área permanecerão num anacronismo de saberes e fazeres, sendo necessário assim - para compreensão das especificidades das crianças, o respeito para com elas, para garantia do cumprimento dos seus direitos e seu reconhecimento no mundo como produtoras de cultura - o conhecimento científico que as define como tais, a Sociologia da Infância. E se as leis e demais marcos regulatórios recomendam e defendem esses atributos e características das crianças e suas infâncias, de alguma forma, respaldam-se nesse conhecimento ao mesmo tempo em que os legitima.

José de Souza Martins (1993) nos lembra que as crianças sempre devem ser ouvidas sobre os processos e sobre as estruturas sociais nas quais estão envolvidas, pois



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

elas têm opiniões sobre os diferentes fenômenos sociais. O que cabe perfeitamente sob seu processo educativo e de socialização, tal como o advento da obrigatoriedade de frequentarem a escola partir dos 4 anos de idade. Não lhes perguntaram se queriam ser obrigadas a frequentarem a escola e para qual tipo de escola elas querem ir, nem como deve ser o processo de interação e convívio com seus pares de diferentes idades, ou seja, em nenhum momento foi cogitado pelos legisladores, e até agora nem pelo executivo, o real interesse e opinião das crianças, negando a elas o exercício da cidadania ativa, tão apreçada.

Norbert Elias e os Pós-colonialistas podem ser mobilizados por todas/os aquelas/es que pesquisam, legislam e elaboram documentos oficiais da área, para que não se comportem como *estabelecidos* e ajam de forma adultocêntrica, tendo na experiência uma presumível superioridade intelectual e moral, e fazendo das crianças *outsiders*, não como uma identidade transgressora, mas como marginalizadas, tais como as crianças de 0 a 3 anos de idade em relação ao entendimento da educação básica como sinônimo de ensino obrigatório – ficando essas de fora das políticas educacionais.

E ainda, Walter Benjamin, assim como Marx, nos ajuda a analisar e criticar quaisquer políticas destinadas à infância que não as considere como pertencentes a uma classe social e sujeitas às mesmas condições e forças políticas e econômicas que imprimem tanto a elas como aos adultos a exclusão social, as desigualdades e a exploração. E só a partir desses mesmos autores, podemos entender o papel da Educação Infantil como co-responsável pela alienação ou pela emancipação, e da ideologia inerente aos saberes, conhecimentos e valores gerados pelos grupos dominantes, que inculcam as regras do jogo da dominação e a possibilidade de propagação de uma socialização para a subalternidade.

Quando nos referimos à compreensão das crianças e suas infâncias pelo viés sociológico somos remetidas às discussões do campo da sociologia da infância, debate esse profícuo que encontra na atualidade muitos interlocutores, e que, pelas contribuições que apresenta e por seu caráter inovador acaba ganhando certa hegemonia teórico-metodológica dentro da área, levando pesquisadores e pesquisadoras a repetição muito mais do que a produção/criação. Para não correr esse risco não caberá nesse recorte percorrer a genealogia do campo, até a pouco emergente e hoje já consolidado.



É recorrente no discurso acadêmico que a sociologia, até o final do século passado, não dedicava às crianças e infâncias atenção enquanto tema de suas investigações e explicações, pelo menos, não enquanto membros da sociedade, merecedoras de serem estudadas por si mesmas, em suas especificidades, tendo-as como seres ativos tão influenciados pelas estruturas e processos sociais quanto os adultos. A pouca atenção a que tinha direito era como sujeito passivo da socialização e das instituições socializadoras, como propunha Durkheim. Mas a insatisfação com a ausência de mais consenso sobre essa faixa etária; as explicações habituais (mitificadas) acerca da infância e sua vida; a invisibilidade das crianças e das temáticas da infância da agenda sociológica; a falta de discussão acerca de métodos condizentes com pesquisas que considerassem as crianças enquanto portadoras de consciência, sentimentos, idéias, desejos e expectativas, com capacidade de expressá-los, e que fossem ouvidas e levadas em conta, foram alguns dos motivos que levaram profissionais e especialistas, a se dedicarem à construção de um novo paradigma teórico-metodológico que atendesse as demandas das crianças e infâncias dentro das teorias das ciências sociais.

Mas tal intento não nasce desligado de um contexto sócio-cultural, quiçá político-econômico, dada a demanda dos contextos sociais por explicações e respostas em detrimento das mudanças sociais a partir da segunda metade do século passado, com o desenvolvimento do capitalismo, a renovação do pensamento liberal e a mundialização, modificando as formas de dominação, mas também, por movimentos internos dentro da própria área, que num exercício de *reflexividade* questiona a si mesma, seus temas, seus métodos, suas escolas de pensamento, surgem novos paradigmas teóricos e metodológicos.

No contexto de reconfigurações dentro do campo da sociologia, conseqüentemente, suas subáreas ou campos também se mobilizam por modificações. A ascendência de campos como o da Sociologia da Família (SARACENO, 1997) e Sociologia da Adolescência ou Juventude (MANNHEIM, 1968) e (PAIS, 1993) ganham espaço dentro da área, e com elas os temas da infância, através das relações intergeracionais; acontece o debate e ressignificação da Sociologia da Educação e a discussão da sociologia da educação não-escolar; e o movimento de desconstrução e problematização da relação entre a Sociologia e a Psicologia (DAHLBERG; MOSS;



PENCE 2003) e (DIAS, 2005) principalmente, no âmbito da educação da infância, marcam, também, o contorno das fronteiras do surgimento da sociologia da infância.

Buscando contribuir com as pesquisas da área, de forma ainda pouco debatida e sistematizada em nosso país, este estudo sistematiza por afinidades conceituais, temáticas e metodológicas, as pesquisas filiadas à sociologia da infância, que podem ser divididas em três grandes enfoques ou abordagens, conforme sociólogo e socióloga alemães Heinz Hengt e Helga Zeiher, na versão italiana do livro *Per una Nuova Sociologia dell'Infanzia* (2000), o que representa na minha ótica um ganho para a área, por permitir distinguir os fundamentos teóricos metodológicos e propiciar claras filiações teóricas. As abordagens são:

- i) **sociologia interpretativa da infância: abordagem microssociológica e etnográfica** – toma como ponto de partida a idéia de que as crianças merecem ser estudadas por si mesmas e de suas próprias perspectivas, suas condições de vida, atividades, relações, conhecimentos e experiências, valorizam seu agir autônomo e sua criatividade. Os trabalhos empíricos têm como metodologia predominante as pesquisas etnográficas, derivadas da Antropologia. São temas que privilegiam as interações intra e intergeracional; as culturas infantis, a ação social das crianças;
- ii) **sociologia desconstrucionista da infância** – as concepções de criança e infância são tratadas como formações discursivas socialmente construídas, através das quais as idéias, imagens e conhecimento sobre as crianças e infância se comunicam com a vida social. Nessa abordagem, três conceitos, por vezes, são usados como sinônimos: construcionismo ou construtivismo social, desconstrucionismo e análise do discurso. E tem em Michel Foucault a principal fonte de inspiração, dada sua defesa de que os discursos são indissociáveis da prática social e das instituições que as constituem. Essa linha tenta tornar visível, por meio da análise de discurso, a ideologia que os discursos veiculam, através de estratégias de retórica. Incluem-se no discurso desconstrucionista as análises que devem se concentrar no desmonte das oposições hierárquicas binárias, visto que as oposições estabelecem pretensões de verdade e de diferenças de poderes, atribuindo mais valor a um dos pólos na estrutura de opostos.
- iii) **sociologia estrutural da infância** – não deve ser confundida com o “estruturalismo” ou “estruturalismo-funcionalista”. A infância é tida como elemento permanente e como uma parte da estrutura social das sociedades modernas, mas também como uma estrutura em si mesma, comparada à classe ou a gênero. Como categoria social permanente na sociedade, seus membros mudam, mas a infância e suas relações com as outras gerações continuam, sendo um componente essencial da ordem social. Esta linha põe em relevo as condições estruturais em que a infância se situa. Tem uma perspectiva predominantemente macrossociológica, considerando condições



socioeconômicas, estatuto político, sentidos de identidade, indicadores demográficos, econômicos e sociais, e de que modo essas relações afetam as estruturas sociais.

No âmbito das pesquisas filiadas à sociologia da infância no Brasil, cabe também, para além de traçar o percurso de sua origem até os dias atuais, o que tem sido feito com muita propriedade por Quinteiro (2000, 2002, 2003 e 2005), registrar o atual estado da arte, após seus mais de vinte anos de existência, que legitimam sua consolidação. Todavia, com pretensões bem mais modestas, contribuir com uma sociologia da sociologia (IANNI, 1976) de forma crítica, já cumpre essa tarefa.

Além de Quinteiro, outros pesquisadores e pesquisadoras nacionais têm se dedicado aos mundos sociais das crianças, e a suas culturas, com pesquisas como: FARIA (2002); BARBOSA (2006); CRUZ (2008); PRADO (2002); GOBBI (2002, 2007); FINCO (2004); MULLER (2007, 2009); LOPES (2007, 2008) COSTA (2009) ROSSETTO (2009); MARCHI (2009); BUFALO (1997); GRIGOROWITSCHS (2007), entre outras.

Temáticas como: a cultura de pares; os grupos de pertença (etnia, gênero e classe); protagonismo infantil; rituais de pertença e exclusão do meio infantil; as transgressões e traquinagens das crianças; uso das diferentes linguagens que não apenas a oral; as estratégias de negociação com os adultos; suas expressões culturais através de brincadeiras, jogos e canções; as diferentes formas de se apropriarem e darem sentido aos espaços e tempos; atribuição e incorporação de papéis na relação familiar e com as mídias; a iniciativa; sua criatividade e inventividade; as diferentes formas de sociabilidade; quais suas representações sobre escola, classe social, etnia e gênero, entre outras, têm constituindo uma agenda de pesquisa sociológica que ainda tem muito espaço para aprofundamento.

Após me aproximado das investigações das pesquisadoras e pesquisadores a pouco citados, e analisar outras que se filiam a esse referencial e que foram apresentadas nos últimos anos no GT- 07 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped, faço as seguintes ressalvas sobre as pesquisas nacionais que se inserem no paradigma teórico-metodológico da Sociologia da Infância:

- o campo tem sido predominantemente marcado pelos dispositivos institucionais voltados às crianças, com ênfase no âmbito escolar;



- é marcado pela influência da corrente interacionista, com foco em questões microssociológicas, e baixa tematização das questões estruturais da infância;
- poucas pesquisas se filiam claramente a uma abordagem teórica dos estudos sociais da infância, causando confusões, como se a única abordagem teórica de fundamentação sociológica fosse a própria sociologia da infância;
- as pesquisas dentro dos estudos sociais da infância, além de não se inscreverem dentro de um paradigma da teoria sociológica, não buscam estabelecer um diálogo com a Sociologia de uma forma mais geral, ou mesmo problematizar tal relação, o que pode levar a um isolamento da área;
- conceitos e categorias estão virando lugar-comum dentro das pesquisas na área, sem que sejam debatidos ou explicitados, tal como a afirmação de que a infância é uma *construção social*, assim como as categorias *geração* e *socialização*.
- parece haver uma correlação direta da filiação na Sociologia da Infância, enquanto fundamentação teórica, e na etnografia, enquanto opção metodológica e nem todos os trabalhos que optam pela etnografia como procedimento metodológico fazem análises etnográficas e se fundamentam nos referenciais da Antropologia, boa parte, a têm restringindo apenas a instrumento de coleta de dados;
- algumas pesquisadoras que têm se dedicado à Sociologia da Infância no país, sem adentrar o coletivo infantil, seja nas instituições educativas, nas ruas, parques ou onde quer que elas se reúnam, alegam que o objetivo central da Sociologia da Infância é a compreensão e explicação dos processos de socialização. Cabe a pergunta: mas será mesmo esse o principal objetivo deste campo?
- observa-se uma importação e apropriação das teorias internacionais sem uma devida adequação, dada nossas diferenças históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas, elas precisam ser relativizadas. Nossas crianças, negras, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, sem-terras, do campo, da periferia, dos morros, das ruas, das grandes cidades, das classes altas, as pobres, não são contempladas por teorias de outros países, deve-se, então, negar a aplicação de modelos teóricos prontos;
- por outro lado, as experiências de pesquisa que versem sobre a pequena infância e suas culturas, em países em condições sócio-econômicas parecidas e/ou nos países *hermanos*, da América Latina, são quase desconhecidas;
- a pesquisa de Mendes Filho (2008), trabalho encomendado pelo GT 07 da ANPED, mostrou a baixa institucionalização das pesquisadoras e pesquisadores da área, poucos são coordenadoras e coordenadores de grupos de pesquisa, e a educação pequena infância não fazem parte dos temas das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, ou seja, oficialmente falamos de um grupo pequeno, de recém-doutores, concentrados na região sudeste do país;



- mesmo as temáticas das pesquisas abordando, em grande maioria, às instituições educacionais, ainda há pouca preocupação com as docentes, seu fazeres e saberes, ficando a discussão restrita ao campo científico-acadêmico;
- do outro lado, as variedades temáticas, a interlocução com os movimentos sociais, com as instâncias do governo na elaboração de documentos regulatórios e a tentativa de contribuir e construir uma Pedagogia da Infância são aspectos positivos das pesquisas que se fundamentam nessa perspectiva teórica.

Primeiramente é importante dizer que quando uma nova área do conhecimento se cria, evidente que ao mesmo tempo em que se abre um novo campo, novas possibilidades, também se criam novas hierarquias, novas inscrições, aqueles que sabem os que não sabem, aqueles que pertencem e não ao campo, as associações mundiais, os congressos e a luta pela redistribuição de recursos financeiros. Uma nova área, em geral, disputa financiamentos com as áreas consagradas, isto vale por aqui também (ABRAMOWICZ, 2010, p. 4).

As pesquisas *sobre* e *com* a pequena infância, trazem a tensão entre as diferentes correntes teórico-metodológicas, buscando situar neste exercício de superação constante das amarras do pensamento único, determinado, positivista tão potente e enraizado em nossas consciências acadêmicas, repletas de armadilhas em suas normas, as trilhas epistemológicas e políticas utilizadas pelos sociólogos das infâncias na busca pela compreensão do seu objeto.

O que pode nos interessar na sociologia da infância, ao meu ver, que nos ajuda a pensar a criança, não é só pela maleta de instrumentos teóricos ou novidades de pesquisa que ela trouxe ao cunhar o caos, que é infância com os conceitos de cultura infantil, protagonismo, autoria social, processos de socialização... mas ao meu ver o que é interessante aproveitar foi a processualidade na qual ela viveu ao se constituir como um campo teórico em um terreno tão cristalizado como o campo científico Frances, em especial o da sociologia e o da educação (ABRAMOWICZ, 2010, p.5).

Não é fácil organizar um quadro que permita tentar interpretar pontos de vista sociológicos tão diversos. Espero ter conseguido demonstrar, com esta breve cartografia, que o emergente campo da Sociologia da Infância pode fundamentar-se em diferentes escolas sociológicas, e que temos que nos preocupar com o possível isolamento teórico desse novo campo, caso não promovamos o diálogo entre a Sociologia da Infância e a Sociologia, tão necessário para o amadurecimento do campo.



Apesar da Sociologia Brasileira da Infância manter uma agenda de pesquisa profícua e diversificada, insisto na necessidade de uma revisão ou renovação no sentido contrário do que propõem as críticas de Prout (s/d), ou seja, na urgência em revisitarmos as teorias sociológicas modernas, haja vista, a meu ver, termos passado (pedagogas e pedagogos, cientistas sociais, docentes da educação infantil, formuladores de políticas públicas para a infância) muito apressadamente da total desconsideração da criança como ator social e agente de direitos, para seu protagonismo e investigação de seus mundos, descolando eles – os mundos - da realidade social, ou da estrutura social nas quais essas crianças estão inseridas. Sem abusar dos generalismos, é certo que há pesquisas que, mesmo dedicando-se ao microssocial, a análises interpretativas ou do discurso, contemplam ou inserem as crianças e suas pesquisas em seu contexto sócio-político-econômico-cultural da realidade nacional, mas poucas são as pesquisas que se dedicaram à investigação e análises na perspectiva macrosociológica da infância, e menos ainda, as que propuseram à construção teórica de uma sociologia estrutural da infância brasileira.

Por isso há de que considerar que,

[...] o sociólogo que estuda o Brasil não sabe mais que sistema de conceitos utilizar. Todas as noções que aprendeu nos países europeus ou norte-americanos não valem aqui. O antigo mistura-se com o novo. As épocas históricas emaranham-se umas nas outras. Os mesmos termos como “classe social” ou “dialética histórica” não têm o mesmo significado, não recobrem as mesmas realidades concretas. Seria necessário, em lugar de conceitos, descobrir noções de certo modo líquidas, capazes de descrever fenômenos de fusão, de ebulição, de interpenetração, noções que se modelariam conforme uma realidade viva, em perpétua transformação. O sociólogo que quiser compreender o Brasil não raro precisa transformar-se em poeta (BASTIDE, 1976, p.15)

Referências

- ABRAMOWICZ, Anete. O direito das crianças à educação infantil. In: **Pro-Posições**, v. 14, n. 3. pp. 13-24. set/out. Campinas (SP): Faculdade de Educação/UNICAMP, 2003.
- _____. **A pesquisa com crianças em infâncias: perspectivas metodológicas**. II GRUPECI. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010. (mimeo.).
- BASTIDE, Roger. Introdução. In: BASTIDE, Roger. **Brasil Terra de Contrates**, pp. 9-15. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.
- BELLONI, Maria Luiza. **O que é a sociologia da infância?** Campinas (SP): Autores Associados, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**, 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.



- _____. **A Economia das Trocas Simbólicas**, 5ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. Campo Intelectual e Projeto Criador. In: POUILLON. J. (org.) **Problemas do Estruturalismo**, pp. 17- 38. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- CANAVIEIRA, Fabiana O. **A Educação Infantil no olho do furacão**: o movimento político e as contribuições da Sociologia da Infância. Dissertação (Mestrado). Campinas (SP): Faculdade de Educação/UNICAMP, 2010.
- CORCUFF, Philippe. **As Novas Sociologias: construções da realidade social**. Bauru (SP): EDUSC, 2001.
- DAHLBERG, Gunila; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- DIAS, Lara S. **Infância nas brincadeiras**: um estudo em creches públicas e privadas de Campinas. Dissertação (Mestrado). Campinas (SP): Faculdade de Educação/UNICAMP, 2005.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociedade**. 11ª Ed. São Paulo: Melhoramento; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1994.
- _____. **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes. v. 1. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1994.
- _____. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.
- FARIA, Ana Lúcia G. de; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (orgs.). **Por uma cultura da infância**: metodologia de pesquisa com crianças. Campinas (SP): Autores Associados, 2002.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. Política de Regulação, Pesquisa e Pedagogia na Educação Infantil, Primeira Etapa da Educação Básica. In: **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 92, pp. 1013-1038. Campinas (SP): CEDES, 2005a.
- FARIA, Ana Lúcia G.; PALHARES, Marina. S. (orgs.). **Educação infantil pós-LDB**: rumos e desafios, 6ª Ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2007.
- FINCO, Daniela. **Faca sem ponta, galinha sem pé, homem com homem, mulher com mulher**: relações de gênero nas relações de meninos e meninas na pré-escola. Dissertação (Mestrado). Campinas (SP): Faculdade de Educação/UNICAMP, 2004.
- FLORESTAN, Fernandes. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**, 3º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante. In: **Estudos Avançados**, n.8, v. 22, pp. 123-138. São Paulo, 1994.
- GOBBI, Márcia A. Desenho infantil e oralidade: instrumentos para pesquisas com crianças pequenas. In: FARIA, Ana Lucia G. de; DEMARTINI, Zeila de B. e PRADO, Patrícia D. (orgs.). **Por uma cultura da infância**: metodologias de pesquisa com crianças, pp. 69-92. Campinas (SP): Autores Associados, 2002.
- GRIGOROWITSCHS. Tâmara. **Jogo, processo de socialização e mimese**: uma análise sociológica do jogar infantil coletivo no recreio escolar e suas relações de gênero. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 2007.
- HENGST, Heinz e ZEIHNER, Helga. **Per una sociologia dell'infanzia**. Milão: Franco Angeli, 2000.
- IANNI, Octavio. **Sociologia da Sociologia Latino-America**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- KONDER, Leandro. Marx e a Sociologia da Educação. In: TURA, Mª de L. R. (org.). **Sociologia para educadores**, pp. 11-23. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- _____. Funções das gerações novas. In: PEREIRA, L; FORACCHI, M. M. **Educação e Sociedade**, pp. 91-97. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.



- MARCHI, Rita de Cássia. As Teorias da Socialização e o Novo Paradigma para os Estudos Sociais da Infância. In: **Educação e Realidade**, v. 34, n. 1, jan/abr, pp. 227-246. Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, 2009.
- MARTINS, José de Souza (coord). **O Massacre dos inocentes: as crianças sem infância no Brasil**, 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.
- PAIS, José Machado. Introdução. In: **Culturas Juvenis**, pp. 5-37. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.
- PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). **As Crianças: contextos e identidades**, pp. 33-73. Portugal: Universidade do Minho/Centro de Estudos da Criança, 1997.
- PROUT. Alan. **Reconsiderar a Nova Sociologia da Infância**. (s/d). (mimeo).
- QUEIROZ. Maria Isaura P. Educação como forma de colonialismo. In: **Ciência e Cultura**, SBPC: São Paulo, 28, (12), dez. pp. 1466-1471, 1976.
- QUINTEIRO. Jucirema. Infância e Educação no Brasil: um campo de estudo em construção. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (orgs.). **Por uma cultura da infância: metodologia de pesquisa com crianças**, pp. 19-48. Campinas (SP): Autores Associados, 2002.
- QUINTEIRO. Jucirema. **Infância e escola: uma relação marcada por preconceitos**. Tese (Doutorado). Campinas (SP): Faculdade de Educação/UNICAMP, 2000.
- _____. Sobre a emergência de uma sociologia da infância: contribuições para o debate. **Perspectiva**, UFSC: Florianópolis, v.20, especial, pp.137-163, 2003.
- _____. Infância e educação na Sociologia: questões emergentes. In: **Sociologia para educadores 2: o debate sociológico da educação no século XX e as perspectivas atuais**, pp.137-166. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: para quem? In: **Ciência e Cultura**, SBPC: São Paulo, 28, (12), pp. 1466-1471, dez. 1976.
- _____. Organismos multilaterais, estado e políticas de educação infantil. In: **Cadernos de Pesquisa**, n.115, pp. 25-63, Março. São Paulo: 2002.
- _____. Sísifo e a educação infantil brasileira. In: **Pro-posições**, vol 14, n.1 (40), pp. 177-194, jan/abr. Campinas (SP): Faculdade de Educação/UNICAMP, 2003.
- _____. **A educação pré-escolar obrigatória: versão preliminar**. XXXII Reunião Anual da Anped. Trabalho encomendado GT 07, pp. 1-56, Out. 2009. (mimeo).
- ROSSETTO, Edna R. A. **Essa Ciranda não é só minha, ela é de todos nós: a educação das crianças sem terrinha no MST**. Dissertação (Mestrado). Campinas (SP): Faculdade de Educação/UNICAMP, 2009.
- SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. Lisboa: Estampa, 1997.
- WARDE, Mirian Jorge. Repensando os estudos sociais de história da infância no Brasil. In: **Perspectiva**, v. 25, n. 1, jan-jun, pp. 21-39. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br>
- _____. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, Marcos C. **História Social da Infância no Brasil**, pp. 311-331, 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.